



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 1711001/2025/PMTA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS

2. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN – GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. PARTICIPANTES:

- ✓ Gabinete Municipal
- ✓ Secretaria Municipal de Educação – SEMED
- ✓ Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SETAS
- ✓ Secretaria Municipal de Cultura – SECULT
- ✓ Secretaria Municipal de Turismo – SETUR
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA
- ✓ Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo – SETOURB
- ✓ Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
- ✓ Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI
- ✓ Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA
- ✓ Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
- ✓ Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN
- ✓ Secretaria Municipal de Políticas para a Promoção de Igualdade Racial – SEMPPIR

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A contratação de serviços de Lavagem de Veículos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 3.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns de fornecimento de natureza continuada, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 3.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme lei nº 14.133/2021;
- 3.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) ato da publicação do seu extrato, e devem seguir as premissas estabelecidas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.** A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. CONSOLIDAÇÃO SOBRE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.1.** Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração conforme descrito ETP.
- 4.2.** Em razão da natureza essencial e continuada do objeto destaca-se a possibilidade jurídica de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como instrumento legítimo de racionalização das contratações públicas e de preservação do interesse público.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 6.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

7. DOS ITENS A SEREM LICITADOS:

LOTE 01 – Lavagem de Motocicletas						
LOTE 01	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	1	Lavagem completa de motocicletas	Serviço	535	R\$ 40,00	R\$ 21.400,00
	2	Lavagem simples de motocicletas	Serviço	730	R\$ 30,00	R\$ 21.900,00
TOTAL:		R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais)				

LOTE 02 – Lavagem de Ambulâncias						
LOTE 02	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	3	Lavagem completa de ambulâncias	Serviço	1296	R\$ 140,00	R\$ 181.440,00
TOTAL:		R\$ 181.440,00 (cento e oitenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais)				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

LOTE 03 – Lavagem de Veículos de Médio Porte (Carros)						
LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	8	Lavagem completa de caminhonete	Serviço	856	R\$ 190,00	R\$ 162.640,00
	9	Lavagem simples de caminhonete	Serviço	963	R\$ 112,95	R\$ 108.770,85
	17	Lavagem completa de veículo de passeio	Serviço	1001	R\$ 162,50	R\$ 162.662,50
	18	Lavagem simples de veículo de passeio	Serviço	882	R\$ 101,96	R\$ 89.928,72
	25	Lavagem completa de furgão	Serviço	216	R\$ 156,00	R\$ 33.696,00
	26	Lavagem de reboque odontológico	Serviço	120	R\$ 112,50	R\$ 13.500,00
TOTAL:		R\$ 571.198,07 (quinhentos e setenta e um mil cento e noventa e oito reais e sete centavos)				

LOTE 04 – Lavagem de Máquinas Pesadas						
LOTE 04	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	4	Lavagem completa de caminhão baú	Serviço	127	R\$ 358,00	R\$ 45.466,00
	5	Lavagem simples de caminhão baú	Serviço	151	R\$ 243,00	R\$ 36.693,00
	6	Lavagem completa de caminhão com carroceria	Serviço	288	R\$ 372,50	R\$107.280,00
	7	Lavagem completa de caminhão prancha	Serviço	12	R\$ 525,00	R\$ 6.300,00
	10	Lavagem completa de escavadeira hidráulica	Serviço	12	R\$ 626,50	R\$ 7.518,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	14	Lavagem completa de motoniveladora	Serviço	60	R\$ 512,50	R\$ 30.750,00
	19	Lavagem completa de retroescavadeira	Serviço	96	R\$ 425,00	R\$ 40.800,00
	20	Lavagem completa de rolo liso	Serviço	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
	21	Lavagem completa de rolo pé de carneiro	Serviço	24	R\$ 339,50	R\$ 8.148,00
	22	Lavagem completa de trator de pneu	Serviço	141	R\$ 359,00	R\$ 50.619,00
	23	Lavagem completa de pá carregadeira	Serviço	36	R\$ 410,88	R\$ 14.791,68
	27	Lavagem completa de trator de esteira	Serviço	36	R\$ 607,50	R\$ 21.870,00
TOTAL:		R\$ 374.435,68 (trezentos e setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos)				

LOTE 05 – Lavagem de Ônibus e Micro-ônibus

LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	12	Lavagem completa de micro-ônibus	Serviço	86	R\$ 362,50	R\$ 31.175,00
	13	Lavagem simples de micro-ônibus	Serviço	86	R\$ 255,00	R\$ 21.930,00
	15	Lavagem completa de ônibus	Serviço	487	R\$ 391,48	R\$ 190.650,76
	16	Lavagem simples de ônibus	Serviço	659	R\$ 276,50	R\$ 182.213,50
TOTAL:		R\$ 425.969,26 (quatrocentos e vinte e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos)				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

LOTE 06 – Lavagem de Lanchas e Barcos						
LOTE 06	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	11	Lavagem completa de lancha	Serviço	43	R\$ 134,00	R\$ 5.762,00
	24	Lavagem completa de barco	Serviço	26	R\$ 152,00	R\$ 3.952,00
TOTAL:		R\$ 9.714,00 (nove mil setecentos e quatorze reais)				

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.606.057,01 (um milhão, seiscentos e seis mil, cinquenta e sete reais e um centavo)

7. FORMATO DE FORNECIMENTO

- 7.1.** Estes itens serão prestados de forma parcelada, eventual e futura, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e cronograma de planejamento das Secretarias Municipais.

8. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.

8.1. A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar em seu item 15, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.

8.2. Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, será realizada a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da soma dos itens que o licitante pretende disputar, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Tomé-Açu. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução.
Banco do Brasil Ag 0878-8; C/c 12.142-8
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

8.2.1.1. Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

8.2.1.2. A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma do valor dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

8.2.1.3. A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência;

8.2.1.4. O comprovante deverá identificar expressamente o número do processo administrativo, o número do pregão/concorrência e o objeto da licitação;

8.2.1.5. Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata (**regra válida tanto aos não vencedores como aos vencedores**);

8.2.1.6. Em caso de desistência imotivada, não assinatura ou descumprimento das condições da proposta, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.2.1.7. Informamos que, caso o licitante opte pela modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração não se responsabilizará pela devolução de quaisquer valores em dinheiro.

Obs.: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A seguir, descrevemos os requisitos necessários para a execução da contratação, assegurando que atendam aos padrões de qualidade e sustentabilidade exigidos:

9.1. O atendimento às solicitações de Serviços de Lavagem de Veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio da requisição pela Secretaria demandante, salvo situações emergenciais devidamente justificadas, nas quais o atendimento deverá ser prioritário.

Os serviços serão executados conforme os seguintes lotes:

- Lote 01 – Lavagem de Motocicletas
- Lote 02 – Lavagem de Ambulâncias
- Lote 03 – Lavagem de Veículos de Médio Porte (carros)
- Lote 04 – Lavagem de Máquinas Pesadas
- Lote 05 – Lavagem de Ônibus e Micro-ônibus
- Lote 06 – Lavagem de Lanchas e Barcos

Local da Prestação do Serviço

➤ Para os Lotes 01 a 05, os serviços de lavagem deverão ser realizados em estabelecimento próprio da empresa contratada, localizado no município de Tomé-Açu/PA, devidamente equipado, estruturado e apto para atender à demanda municipal.

Os veículos serão entregues pela Administração no estabelecimento da contratada, permanecendo no local pelo período necessário à execução completa do serviço, respeitados os prazos máximos estabelecidos.

➤ Para o Lote 06 – Lavagem de Lanchas e Barcos, os serviços serão realizados no local onde as embarcações se encontrarem, cabendo à contratada deslocar-se até o porto ou ponto indicado pela Administração, com os equipamentos e materiais necessários para a execução do serviço.

9.2. Prazos de Execução

- Para os Lotes 01, 02 e 03, o serviço deverá ser concluído em até 24 (vinte e quatro) horas após a entrega do veículo no local da contratada.
- Para os Lotes 04 e 05, o prazo para conclusão do serviço poderá ser de até 48 (quarenta e oito) horas, considerando as especificidades operacionais e o porte dos veículos.
- Para o Lote 06 o prazo será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do início da execução no local indicado.

Os prazos poderão ser prorrogados excepcionalmente, desde que devidamente justificados pela contratada e formalmente aceitos pela Administração, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

9.3. Padrões de Qualidade do Serviço:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A contratada deverá assegurar que os serviços de lavagem sejam executados com produtos adequados ao uso automotivo e compatíveis com as especificações dos veículos, garantindo:

- higienização externa completa, incluindo remoção de sujidades, poeira e resíduos;
- lavagem interna, com aspiração, limpeza de painéis, carpetes, vidros e bancos, quando previsto na solicitação;
- utilização de produtos biodegradáveis ou que não provoquem danos à pintura, acabamento ou componentes eletrônicos;
- mão de obra qualificada e execução de acordo com boas práticas de limpeza automotiva.

9.4. Responsabilidade Operacional:

A contratada será responsável por toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, incluindo equipamentos, materiais de limpeza, água, energia, mão de obra e instalações adequadas. A empresa deverá manter ambiente seguro e organizado, atendendo às normas ambientais e de segurança aplicáveis, especialmente quanto ao descarte adequado de resíduos provenientes do processo de lavagem.

9.4. Conformidade Legal e Contratual:

A empresa deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, demonstrando:

- regularidade fiscal, trabalhista e ambiental;
- licença de funcionamento válida;
- responsabilidade por eventuais danos causados aos veículos durante a execução do serviço;
- observância às obrigações contratuais e às determinações da fiscalização.

10. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DO FORNECIMENTO

- 10.1.** A execução dos serviços de lavagem de veículos deverá observar as diretrizes operacionais definidas pela Administração, garantindo atendimento eficiente, regular e compatível com as necessidades das secretarias municipais. Os serviços serão prestados mediante solicitações formais e dentro dos quantitativos previstos, devendo a contratada assegurar disponibilidade operacional capaz de atender às demandas dentro de prazos razoáveis.
- 10.2.** A empresa deverá realizar os serviços exclusivamente em instalações apropriadas, devidamente estruturadas com sistemas de drenagem, equipamentos adequados e produtos autorizados para uso automotivo. A execução deve ocorrer em horário comercial ou conforme determinação da Administração. Cada atendimento deverá ser registrado em formulário ou sistema específico, contendo data, identificação do veículo, tipo de lavagem executada e assinatura do responsável.
- 10.3.** Compete à contratada fornecer todos os materiais, insumos e mão de obra necessários, garantindo que os procedimentos adotados preservem a integridade física e estética dos veículos. A empresa responderá por eventuais danos decorrentes da execução dos serviços, devendo realizar reparação ou indenização quando cabível, sem ônus para o Município.
- 10.4.** A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho, mantendo equipe uniformizada, identificada e capacitada para as atividades. Também deverá cumprir a legislação ambiental pertinente, assegurando o correto manejo e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

destinação de efluentes e resíduos decorrentes da lavagem, além do uso racional da água e de produtos de baixo impacto ambiental sempre que tecnicamente possível.

- 10.5.** A fiscalização do contrato será exercida pelos órgãos municipais competentes, e a contratada deverá disponibilizar informações, relatórios e registros sempre que solicitados, garantindo total transparência na execução e no acompanhamento do contrato.

11. DA VEDAÇÃO SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** Para a presente contratação de serviços de lavagem de veículos da frota municipal, fica vedada qualquer forma de subcontratação. Trata-se de serviço comum, de baixa complexidade técnica e que exige execução direta pela empresa contratada, considerando que a adequada realização das atividades depende da disponibilidade de estrutura própria, mão de obra qualificada e equipamentos compatíveis com as condições estabelecidas no edital.
- 11.2.** A vedação também se fundamenta na necessidade de assegurar maior controle sobre a execução contratual, a padronização dos procedimentos de lavagem e higienização, a preservação da qualidade do serviço prestado e a correta apuração de eventuais responsabilidades por danos, falhas ou descumprimento de prazos. A subcontratação poderia gerar riscos à efetividade do contrato, dificultar a fiscalização, ocasionar perda de qualidade e distorções nos custos operacionais, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.
- 11.3.** Considerando que não há etapas acessórias que justifiquem a transferência de partes do objeto a terceiros, e que a empresa vencedora deve demonstrar capacidade técnica e operacional própria para atender à demanda, determina-se que a execução seja integralmente realizada pela contratada, observadas as especificações e condições estabelecidas pela Administração.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2.** Deverá conter cláusula estipulando 12 meses de garantia para os itens que não apresentam garantia descrita no Termo de Referência.
- 12.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. FISCALIZAÇÃO:

- 13.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

- 13.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 13.3.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 13.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 13.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 13.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 13.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

- 13.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gestor do Contrato:

13.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento:

14.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 14.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 14.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 14.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 14.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

- 14.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 14.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 14.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 14.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 14.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 14.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 14.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.16.** O SETOR FINANCEIRO terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas

Prazo de pagamento:

- 14.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 14.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento:

- 14.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 14.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

15.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR LOTE.

Forma de fornecimento:

15.1.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, eventual e futura.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

16.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 16.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 16.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 16.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 16.8. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar documento de identificação (com foto) de seus sócios e de seu representante legal, em conformidade com os registros constantes no contrato social ou documentos equivalentes.**
- 16.9. Na hipótese de a empresa ser representada por procurador, será obrigatória a apresentação do respectivo instrumento de procuração, devidamente assinado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de cópia do documento oficial de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.**

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 16.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2025;
- 16.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 16.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 16.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 16.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 16.15.** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 16.16.** Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos** Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira:

A empresa deverá apresentar:

- 16.17.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 16.17.1.** Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.
- 16.17.2.** Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.
- 16.18.** Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 16.19.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 16.19.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício:** Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.
- 16.19.2. Nota explicativa:** A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço
- 16.19.3. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura,** onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;

16.19.4. DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

16.19.5. Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

16.19.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.19.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

16.19.8. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

16.19.9. No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;

A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou igual a 1 (um);

Os índices serão calculados da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL:

ATIVO	PASSIVO
-------	---------



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG\ PRAZO}$$

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$LG \geq 1,0$	$LC \geq 1,0$	$SG \geq 1,0$
---------------	---------------	---------------

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- a. Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- b. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado [art. 1.179](#), Lei [10.406/02](#) e [art. 177](#) da Lei nº [6.404/76](#);
- c. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Resolução CFC nº 1.637/2021

Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (....)

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:

Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- b. Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- c. Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d. Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;
- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;
- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

Documentações complementares:

- 16.20.** Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.
- 16.21.** Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.

Qualificação Técnica:

- 16.22.** Será exigido a comprovação de aptidão para prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 16.23.** A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, comprovação de quitação da apólice de seguro vigente, compatível com as atividades desempenhadas.
- 16.24.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o item descrito neste processo.

REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO:

NATUREZA DOS ATESTADOS E PORCENTAGEM EXIGIDA PARA CADA SEGMENTO:

Será aceito a somatória de atestados com o mínimo de **COMPROVAÇÃO DE 30% DA QUANTIDADE TOTAL DO LOTE** arrematado dentro dos seguintes segmentos:

- **SEGMENTO A – LOTE 01 – Lavagem de Motocicletas**
- **SEGMENTO B – LOTE 02 – Lavagem de Ambulâncias**
- **SEGMENTO C - LOTE 03 – Lavagem de Veículos de Médio Porte (Carros)**
- **SEGMENTO D - LOTE 04 – Lavagem de Máquinas Pesadas**
- **SEGMENTO E - LOTE 05 – Lavagem de Ônibus e Micro-ônibus**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

LOTE 01 – Lavagem de Motocicletas						
LOTE 01	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVA DA (30%)
	1	Lavagem completa de motocicletas	Serviço	535	1265	379,5
	2	Lavagem simples de motocicletas	Serviço	730		
TOTAL:	R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais)					

LOTE 02 – Lavagem de Ambulâncias						
LOTE 02	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVADA (30%)
	3	Lavagem completa de ambulâncias	Serviço	1296	1296	388,8
TOTAL:		R\$ 181.440,00 (cento e oitenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais)				

LOTE 03 – Lavagem de Veículos de Médio Porte (Carros)						
LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVADA (30%)
	8	Lavagem completa de caminhonete	Serviço	856	4038	1211,4
	9	Lavagem simples de caminhonete	Serviço	963		
	17	Lavagem completa de veículo de passeio	Serviço	1001		
	18	Lavagem simples de veículo de passeio	Serviço	882		
	25	Lavagem completa	Serviço	216		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		de furgão				
	26	Lavagem de reboque odontológico	Serviço	120		
Total:	R\$ 571.198,07 (quinhentos e setenta e um mil cento e noventa e oito reais e sete centavos)					

LOTE 04 – Lavagem de Máquinas Pesadas						
LOTE 04	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVADA (30%)
	4	Lavagem completa de caminhão baú	Serviço	127	995	298,5
	5	Lavagem simples de caminhão baú	Serviço	151		
	6	Lavagem completa de caminhão com carroceria	Serviço	288		
	7	Lavagem completa de caminhão prancha	Serviço	12		
	10	Lavagem completa de escavadeira hidráulica	Serviço	12		
	14	Lavagem completa de motoniveladora	Serviço	60		
	19	Lavagem completa de retroescavadeira	Serviço	96		
	20	Lavagem completa de rolo liso	Serviço	12		
	21	Lavagem completa de rolo pé de carneiro	Serviço	24		
	22	Lavagem completa de trator de pneu	Serviço	141		
	23	Lavagem completa de pá carregadeira	Serviço	36		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	27	Lavagem completa de trator de esteira	Serviço	36		
TOTAL:	R\$ 374.435,68 (trezentos e setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos)					

LOTE 05 – Lavagem de Ônibus e Micro-ônibus						
LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVADA (30%)
	12	Lavagem completa de micro-ônibus	Serviço	86	1318	395,4
	13	Lavagem simples de micro-ônibus	Serviço	86		
	15	Lavagem completa de ônibus	Serviço	487		
	16	Lavagem simples de ônibus	Serviço	659		
TOTAL:	R\$ 425.969,26 (quatrocentos e vinte e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos)					

LOTE 06 – Lavagem de Lanchas e Barcos						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. INDIVIDUAL DOS ITENS	QUANT. TOTAL DO LOTE	QUANT. SER COMPROVADA (30%)
06	11	Lavagem completa de lancha	Serviço	43	69	20,7
06	24	Lavagem completa de barco	Serviço	26		
TOTAL:	R\$ 9.714,00 (nove mil setecentos e quatorze reais)					

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.

- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

17. PROPOSTA READEQUADA

- 17.1. Após declarada, empresas vencedoras deverão apresentar suas Propostas readequadas;
- 17.2. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 17.3. A proposta deve estar devidamente assinada;

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.606.057 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E SEIS MIL, CINQUENTA E SETE REAIS E UM CENTAVO)**, conforme custos unitários apostos.
- 18.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica, indicada antes da assinatura do contrato ou outro documento equivalente.
- 19.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

- 20.1.1.** Entregar os itens nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos; qualquer despesa inerente ao Processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;
- 20.1.2.** Entregar o produto com cópia do empenho e com informação na Nota Fiscal de lote e validade.
- 20.1.3.** Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s); a contratada deverá substituir, em qualquer época, o produto, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado ou qualquer não conformidade, mediante a apresentação do produto defeituoso ou proceder o ressarcimento do mesmo, não acarretando ônus para a CONTRATANTE; o prazo para a referida substituição deverá ser de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação feita pela Administração;
- 20.1.4.** Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade; os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 20.1.5.** Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;
- 20.1.6.** Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua as exigências deste processo, na tabela dos itens, deste Termo de Referência;
- 20.1.7.** Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas ao seu conhecimento pela CONTRATANTE;
- 20.1.8.** Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São deveres da Contratante:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 21.1.** Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
- 21.2.** Rejeitar os produtos que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 21.3.** Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) / Fatura (s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
- 21.4.** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no referido produto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 21.5.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;
- 21.6.** Efetuar o pagamento no prazo previsto, em até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos, devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da Ordem de Serviço emitida.

22. MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDOS

Para participação no presente certame, será obrigatória a apresentação das seguintes declarações, conforme disposições legais aplicáveis e diretrizes do Município de Tomé-Açu:

- 22.1.** Declaração de Conformidade Unificada – documento pelo qual a licitante atesta o cumprimento das condições legais, ausência de fatos impeditivos, responsabilidade pelas informações prestadas, atendimento às normas trabalhistas, reserva de cargos, proibições constitucionais e demais requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.
- 22.2.** Declaração de Enquadramento como ME/EPP – documento destinado às empresas que pretendam usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar seu porte e enquadramento fiscal, bem como a veracidade das informações prestadas.

Os modelos oficiais de ambas as declarações se encontram anexados ao presente Termo de Referência, devendo ser utilizados obrigatoriamente pelas licitantes, devidamente preenchidos e assinados por seu representante legal.

23. DAS PROIBIÇÕES

- 23.1.** É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do Órgão Gerenciador e órgãos participantes deste processo;
- 23.2.** A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração do Órgão Gerenciador deste processo;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

24. DOS ANEXOS

- 24.1.** ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA
- 24.2.** ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP
- 24.3.** ANEXO III – ISENÇÃO DE BENEFÍCIOS PARA ME E EPP

Tomé-Açu/PA, dia 22 de janeiro de 2026

Elaborado por:

MILENA CRISTINA QUEIROZ FOCHATMARQUES
Setor de Planejamento de Licitações

Maria Eduarda Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA
Assessoria em Licitações e Contratos

Ciente e aprovo:

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-ACU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Tomé-Açu/PA, __ de ____ de 2025

Representante legal
CPF nº ____



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I- Está regularmente enquadrada como [Microempresa/Empresa de Pequeno Porte], nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- II- No último ano-calendário encerrado, sua receita bruta foi compatível com os limites legais de enquadramento;
- III- No ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para Empresa de Pequeno Porte (R\$ 4.800.000,00), se estiver nesse enquadramento;
- IV- Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente.

A presente declaração é firmada para que produza todos os efeitos legais, atestando a veracidade das informações aqui prestadas, sujeitando-se a empresa às sanções cabíveis em caso de falsidade.

Tomé-Açu/PA, ____ de _____ de 2025

Representante legal
CPF nº _____



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III - JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LC Nº 123/2006
(ME/EPP)

A análise realizada no âmbito da pesquisa mercadológica identificou a existência de microempresas e empresas de pequeno porte atuantes no segmento de lavagem automotiva, com potencial aptidão para atender às demandas relacionadas à higienização e lavagem dos veículos da frota municipal. Foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ao Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), a cadastros públicos de CNPJ e a informações disponibilizadas diretamente por fornecedores, constatando-se a presença de ME/EPP com capacidade compatível com o objeto pretendido.

Todavia, a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deve observar, além da existência de fornecedores enquadrados como ME/EPP, a forma de execução do objeto e os impactos logísticos decorrentes da contratação. No caso em análise, o serviço de lavagem de veículos demanda deslocamento contínuo da frota municipal até o local de execução, o que implica custos operacionais, consumo de combustível, tempo de indisponibilidade dos veículos e riscos logísticos.

Nesse sentido, não se mostra tecnicamente coerente a ampliação do benefício regional para municípios diversos, uma vez que isso poderia resultar na necessidade de transporte dos veículos para outros municípios exclusivamente para a realização da lavagem, onerando a Administração Pública e contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

Dessa forma, a aplicação do tratamento favorecido deve considerar prioritariamente a proximidade da empresa contratada com o local de execução do serviço, de modo a facilitar a rotina operacional de lavagem da frota, reduzir custos indiretos e assegurar maior agilidade na prestação do serviço. Assim, torna-se juridicamente cabível e administrativamente recomendável a adoção dos benefícios da LC nº 123/2006 de forma compatível com a logística do objeto, privilegiando fornecedores sediados no próprio Município.

Com fundamento nos princípios da eficiência, da economicidade e da promoção do desenvolvimento local, justifica-se a adoção do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que restrito à realidade operacional da contratação e plenamente compatível com o interesse público.

ADOÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL DE 10% PARA ME/EPP DE TOMÉ-AÇU/PA

Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer margem de preferência de até 10% para microempresas e empresas de pequeno porte, desde que tal medida esteja devidamente justificada e compatível com a execução do objeto.

No caso em análise, não se mostra coerente a ampliação do benefício para a região, uma vez que os serviços de lavagem da frota municipal exigem o deslocamento frequente dos veículos até o local da prestação, e a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

contratação de empresa sediada em outro município implicaria a necessidade de transporte dos veículos exclusivamente para a realização da lavagem, gerando aumento de custos operacionais, maior tempo de indisponibilidade da frota e prejuízos à eficiência administrativa.

A aplicação do benefício deve, portanto, considerar diretamente a forma de execução do objeto e a logística envolvida, priorizando soluções que reduzam deslocamentos, facilitem a rotina operacional e assegurem maior economicidade à Administração Pública.

Dessa forma, propõe-se a adoção da margem de preferência local de 10%, restrita às microempresas e empresas de pequeno porte com sede ou filial ativa no Município de Tomé-Açu/PA e em seus distritos, por se tratar da alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, logístico e econômico. Tal medida amplia as chances de contratação de empresa sediada no próprio município, facilita a rotina de lavagem da frota municipal, reduz gastos indiretos com deslocamento e contribui para a eficiência e continuidade dos serviços públicos.